



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

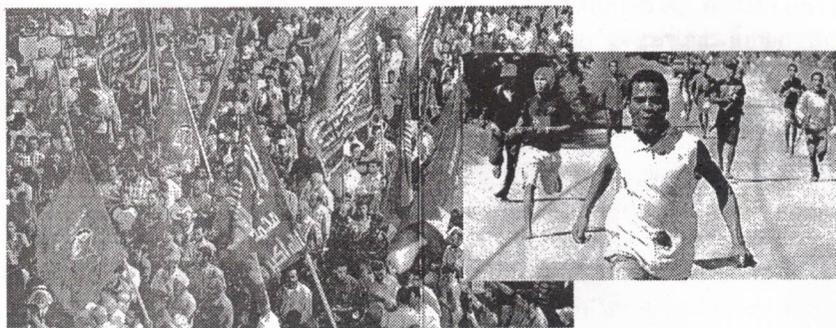
4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 322 - DE 04 A 17 DE JULHO DE 2006 - R\$ 1,50

Situação política nacional: definem-se as candidaturas e a disputa. A burguesia procurará arrastar as massas para suas candidaturas. Parte da esquerda tenta relançar o reformismo, falido com o PT. As direções burocráticas ajudam a burguesia a iludir as massas. Contra todos os partidos da burguesia e contra o “neoreformismo”,
VOTO NULO PROGRAMÁTICO
DEFESA DAS REIVINDICAÇÕES

Liberdade aos presos políticos do MLST!

O supersimples é um mecanismo de ajuda aos pequenos capitalistas pelo confisco de direitos dos explorados.



Agravam-se os conflitos na Palestina, Afeganistão e Timor

Bolívia: para onde vão a nacionalização e a constituinte?



Diante da disputa eleitoral interburguesa, a política proletária luta pela independência de classe

Resolução do Comitê Central do POR sobre a situação política nacional

Dinâmica da crise interburguesa

Depois de mais de um ano de denúncia de corrupção envolvendo o governo do PT/Lula, as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) apresentaram os relatórios absolvendo a grande maioria dos deputados do PT e de sua base aliada. A recém formada CPI dos "sanguessugas" (da compra fraudulenta de ambulâncias) tem a sua presidência sob o controle do governo e previsão de desfecho após o período eleitoral. A oposição burguesa comandada pelo PSDB/PFL, que arrastou o PSOL, pretendia desmoralizar o PT da "transparência" e da "ética" acusando-o de malversação do dinheiro público, tráfico de influências e de alcançar o poder do Estado por meio da rede de falcatriuas armada por Valério. Mas tudo foi por água abaixo. A tática dos opositores burgueses esbarrou no fato de que: 1) as denúncias atingiram os partidos denunciadores, em particular a presidência do PSDB – Eduardo Azeredo; 2) o governo é cumpridor dos acordos com os credores internacionais, o que impossibilitou o apoio ao afastamento de Lula; 3) o PT controla os sindicatos e movimentos populares, que explicavam as denúncias como um golpe de direita ao governo eleito; 4) Lula iludia as massas empobrecidas por meio do assistencialismo (expansão da Bolsa-Família) e da propaganda em torno da criação de empregos. O impeachment que deveria ser o desfecho das denúncias acabou não tendo o apoio esperado. Mesmo desmontando o governo do PT, por meio da cassação de José Dirceu e o afastamento do ministro do Fazenda, Antônio Palocci, Lula em pouco tempo se recompôs ao ponto de ser o favorito nas próximas eleições. O PSDB e PFL não conseguiram se fortalecer eleitoralmente para golpear o caudilhismo de Lula. As CPIs, abarrotadas de denúncias e processos de corrup-



As direções burocráticas empenharam seu apoio à reeleição

ção, ficaram de mãos atadas e acabaram absolvendo a maioria dos envolvidos, inclusive o ex-presidente da Câmara de Deputados, o petista João Paulo. Essa é uma prova de que o método da investigação por meio da CPI não tem como punir os que malversam o dinheiro público porque é parte da estrutura de funcionamento do Estado. Os denunciadores são também denunciados. A punição implicaria desmontar o funcionamento do Estado capitalista. Os descontentes com os escândalos do PT se aglutinaram sob a legenda do PSOL, que fez da CPI o trampolim eleitoral de Heloisa Helena. Os que no passado também se beneficiaram dos esquemas eleitorais do PT pretendem reunir os votos de setores da classe média que se desencantaram com o PT. O PSTU, que havia chamado o voto em Lula no segundo turno, procurou tirar algum proveito levantando a bandeira "Fora Lula" e, em seguida, radicalizando para o "Fora Todos". Mas não pôde colher frutos eleitorais, o que o obrigou a recolher de forma envergonhada a bandeira do "Fora Todos". Resitou ao PSTU se acoplar aos reformistas

do PSOL. O POR interveio na crise interburguesa por meio da bandeira dos Tribunais Populares como única via de combate à corrupção. Defendeu a independência de classe dos operários, camponeses e juventude oprimida e luta direta pelas reivindicações de emprego, salário, direitos e escola pública a todos.

A gestação das candidaturas dos partidos burgueses

Os partidos oficiais estão envolvidos em profundas crises internas, que vêm à tona nos momentos eleitorais. O PSDB teve dificuldade de escolher seu candidato presidencial. As disputas entre as alas de Geraldo Alckmin e José Serra estão longe de serem resolvidas. A indicação de Alckmin não centralizou o partido, manifestada no pouco empenho e nas críticas à condução da campanha. A escolha do vice, José Jorge, do PFL, também foi explosiva, porque implicava conter atritos dos caciques regionais do partido que não têm simpatias com o PSDB. É o caso, por exemplo, do Maranhão. A candidata do PFL a governado-

ra, Roseane Sarney, está mais propensa ao apoio ao Lula, seguindo a conduta do patriarca José Sarney, que está no PMDB e muito perto do PT. O PSDB aproveitou o fato do PMDB não lançar candidatura própria para presidente para estabelecer alianças regionais. É o caso do Paraná. Roberto Requião, que pendia para o PT, manifestou apoio a Alckmin numa troca de favores eleitorais. Em São Paulo, o cacique Orestes Quéricia exigia o cargo de vice na chapa de Serra, mas fracassou a aliança e Quéricia saiu candidato a governador. O PMDB, após debelar os impulsos de Garotinho, que pretendia ser o candidato, fez alianças com o PT e com o PSDB/PFL. A exemplo da Bahia onde está apoiando a candidatura de Jacques Wagner do PT; no Rio Grande do Norte, o pemedebista Garibaldi Alves conta com o PFL; em Alagoas, Teotônio Vilela, do PSDB, possivelmente estará com o PMDB. O PT fez de tudo para que o PMDB estivesse na aliança, chegou a prometer metade dos ministérios. Mas o PMDB optou por estar livre para as mais amplas alianças nos estados. Mesmo assim, o não lançamento de candidatura presidencial do PMDB fortaleceu a reeleição de Lula. O PT buscou o PMDB no Piauí. No Amazonas e Goiás, é o PT que fará campanha pelo PMDB. Os partidos menores seguiram essa mesma trilha de aliança formal ou informal com o PT ou PSDB. O PPS de Roberto Freire, que em 2002 lançou Ciro Gomes com apoio do PDT, decidiu por Alckmin e liberou os apoios nos Estados. O PDT resolveu de última hora lançar o ex-petista Cristovam Buarque, embora não tenha conseguido afastar os descontentamentos daqueles que se opunham à candidatura própria. O recém-formado PSOL lançou Heloisa Helena, que teve o apoio do PSTU e PCB. O PT permanece com José de Alencar, agora no PRB. O PSB e PCdoB seus fiéis escudeiros preferem oficialmente não comparecer na aliança com o PT para favorecer seus acordos regionais. Como se vê, o zigue-zague de alianças nas eleições demonstra o caráter oligárquico dos partidos. A burguesia nacional não pôde eliminar os traços do colonialismo, responsáveis pela política dos coronéis, dos "acordos café-com-leite" e da forte presença do regionalismo. A centralização política em torno de uma só candidatura dos partidos orgâni-



O PSTU se submeteu à frente eleitoral reformista do PSOL objetivando ganhos eleitorais

cos da burguesia se mostra inviável. O PT, que não é orgânico da burguesia, reproduz essas velhas relações e mantém-se como uma alternativa de governo.

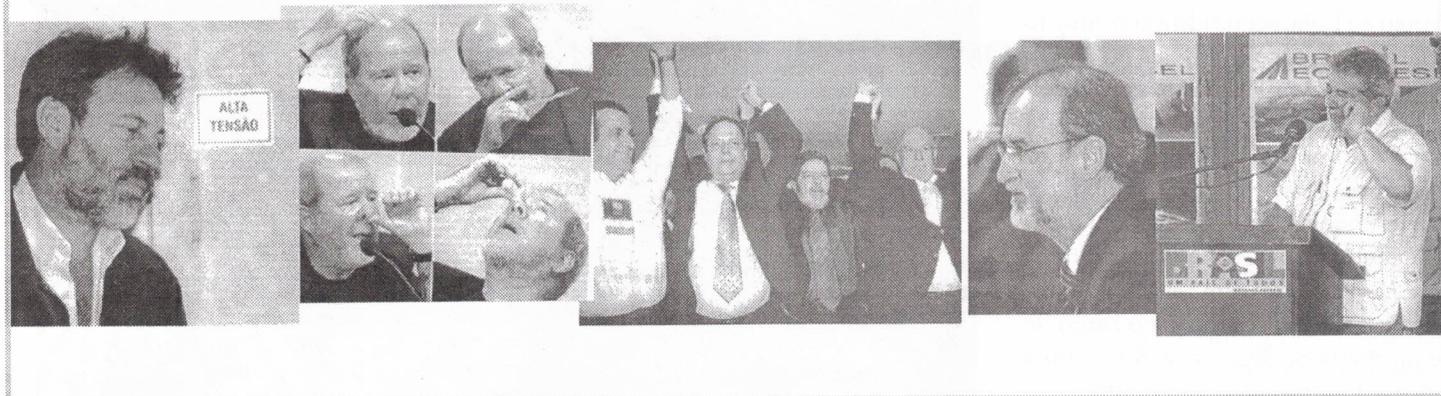
A disputa interburguesa e a legislação eleitoral

A democracia representativa no Brasil é um reflexo das condições de desenvolvimento desigual e combinado e do capitalismo atrasado. Predomina o poder das oligarquias regionais. A legislação da democracia burguesa no país espelha essas condições. A legalização dos partidos tem de estar submetida às regras impostas pelo Estado. Conforme avolumam as crises internas aos partidos oficiais, a legislação eleitoral é alterada. A "polêmica" existente entre o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal em torno da liberdade de coligações ou a manutenção da "verticalização" nada mais é do que um sintoma das disputas interburguesas. A determinação de que valem as regras anteriores e que a decisão do Congresso é só para o ano de 2010 foi o caminho para que a maioria dos partidos abdicasse da candidatura própria e se tornasse livre para as coligações regionais. Só foi possível o acordo porque o TSE recuou de seu propósito de impedir as alianças regionais aos partidos que não lançassem candidaturas presidenciais. Para os partidos menores, a exigência de obtenção de 5% de votos

nacionais ou 2% em nove estados é a forma de anulá-los. O que evidencia que a Justiça movimenta-se ao sabor das pressões dos grandes partidos. Mas há um outro aspecto que mostra o alto grau de integração dos partidos ao Estado, que é o recebimento do fundo partidário. O PSOL corre atrás para obter esse percentual. O PSTU, que estava longe desse coeficiente, se aliou ao PSOL na tentativa de colher dividendos eleitorais. Essas correntes de esquerda dão passos no sentido de criar dependência em relação ao Estado.

O fracasso da proposta da frente de esquerda do PSTU

Em meio a jogatina eleitoral, o PSTU levantou a bandeira de frente de esquerda. Com o argumento de que era preciso "desbloquear a falsa polarização entre Lula e Alckmin", o PSTU dirigiu uma carta aberta ao PSOL conclamando a necessidade de uma frente eleitoral, em janeiro de 2005. Porém, o PSOL tinha pretensões de alianças com partidos que pudessem colher mais votos, como era o caso do PDT. Mesmo assim, a Conferência Nacional de PSTU (março de 2006) aprovou a frente com o PSOL e PCB. O programa do PSOL é o da "revolução democrática", permitindo aglutinar setores estalinistas e reformistas. Mas o PSTU diz que isso foi retirado, o que permitiu a frente. A aliança do PSOL com o PDT não avançou. O PDT procurava a



Os escândalos de corrupção não chegaram a afetar a maioria eleitoral que o governo Lula adquiriu

via da candidatura presidencial própria e as amplas alianças nos estados, o que significaria que o PSOL deveria se submeter. O PSTU diz que o descontentamento das bases do PSOL fez com que abandonasse o acordo com o PDT. O que não poderia modificar na frente de esquerda era a candidatura de Heloisa Helena, por isso o PSTU indicava o cargo de vice. O PSOL não aceitou e o PSTU continuou o conclamando a constituição da frente. Na Conferência Nacional do PSOL, o PSTU aceitou que no cargo de vice estivesse César Benjamin em troca de apoios ao PSTU em alguns estados. Para os morenistas, o fato do PSOL concordar com alguns pontos programáticos indicados pelo PSTU, como "são as lutas diretas as que podem fazer avançar realmente o país para o socialismo" foi "uma vitória importante". É evidente que se trata de uma manobra demagógica. Sobre a frente eleitoral de esquerda, o POR lançou um manifesto conclamando os partidos de esquerda a discutir uma verdadeira frente que passa necessariamente pela discussão programática e pela organização da luta concreta das massas. E apresentou um método proletário de discussão e decisão coletivas. No entanto, o PSTU já estava submetido eleitoralmente ao PSOL. As contradições políticas do PSTU se afluam, porque de um lado manifesta seu ultra-esquerdismo rompendo com a CUT e criando a Conlutas e, de outro, seu oportunismo de aceitar as condições burocráticas da aliança com o PSOL e PCB.

As direções burocráticas reforçam o controle das burguesia sobre as massas nas eleições

As direções sindicais arregimentam os trabalhadores para votar em Lula, ou em Alckmin. O Paulinho da Força Sindical é do PDT, que agora tem Cristovam Buarque, mas não esconde seu favoritismo por Alckmin. A CUT aprovou em seu 9º Concut o apoio à reeleição de Lula, unindo os petistas, estalinistas e os lambertistas do O Trabalho. Como tem sob seu controle mais de três mil sindicatos e centenas de movimentos populares e da juventude, a CUT pretende usar de todos os meios para a manutenção de Lula no poder do Estado. Parte dos sindicalistas são candidatos ao parlamento. O significado disso é que estarão todos imbuídos do eleitoralismo. As mobilizações dos servidores públicos, nesse primeiro semestre, foram fragmentadas e as greves restritas a alguns setores. A burocracia sindical combateu a unidade do funcionalismo e conduziu, boa parte dos descontentamentos, para as falsas pressões parlamentares (LDO). Tudo indica que as campanhas salariais (bancários, metalúrgicos do próximo semestre) ficarão para segundo plano e, durante quase 4 meses, a maioria dos sindicatos fará somente a propaganda eleitoral. Os trabalhadores serão novamente iludidos com promessas de emprego, salário, manutenção de direitos e expansão do assistencialismo. Mas os capitalistas

continuam com a política de demissões, de arrocho e de flexibilização de direitos, que não encontrarão resistência por parte da burocracia sindical. A pequena intervenção do POR no movimento social impede que seja referência para os explorados. Entretanto, é nesses momentos que faz crescer a influência do partido revolucionário, que se posiciona para defender a independência das organizações operárias, camponesas e estudantis dos partidos burgueses e de seu Estado e a luta direta pelas reivindicações vitais da maioria oprimida. É tarefa essencial combater o eleitoralismo e trabalhar pela unidade das massas para enfrentar os governos e os capitalistas.

O movimento estudantil a reboque do governo

O movimento estudantil padece do mesmo problema. Suas direções são estalinistas e reformistas. A UNE e as entidades sob seu controle já definiram o apoio a Lula. O PSTU, que adotou a linha de romper com a UNE e criar a Conlute, além de dividir os estudantes, estará também fazendo campanha para a reformista Heloisa Helena. Enquanto isso, os governos cortam recursos à educação pública, ampliam a rede privada e regulamentam o ensino à distância, destruidor da educação. Porém, as direções estudantis estão embevecidas de eleitoralismo e iludem a juventude com a política de cotas e com o intervencionismo pacífico em torno de mais verbas na

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

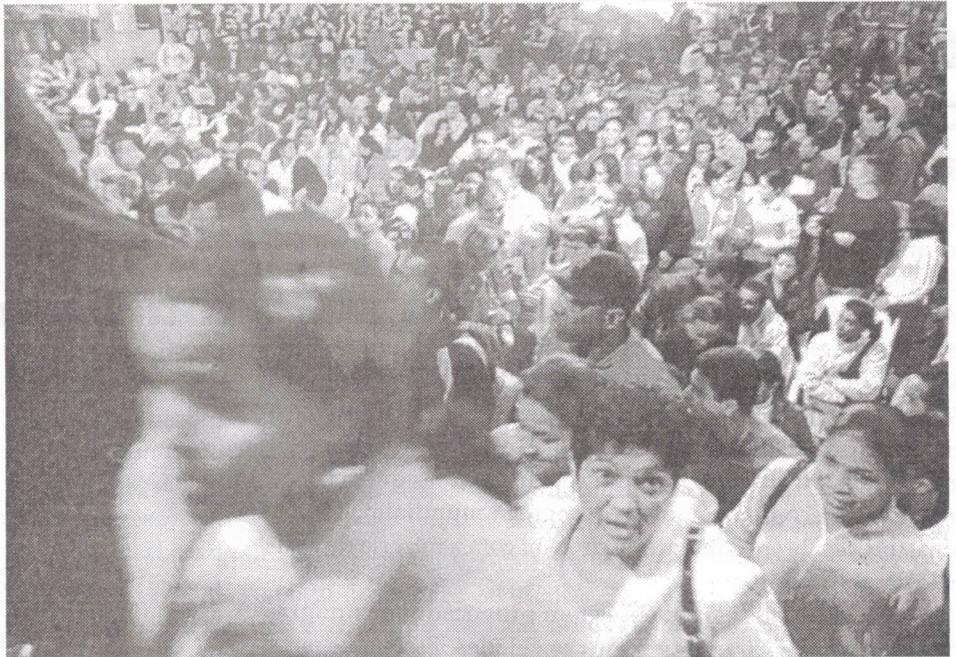
Discuta nosso programa:

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

LDO. A reivindicação democrática de educação gratuita a todos é substituída pelo apoio ao Fundeb e à Reforma Universitária. As universidades públicas estão sucateadas e as escolas de educação básica vivem à mingua. As condições para a organização da resistência contra o fim do ensino público estão dadas, mas suas direções são governistas. O que está colocado é a necessidade de intervenção do partido revolucionário. A formação de quadros militantes no seio do movimento estudantil é de suma importância para romper os laços de controle do estalinismo e do reformismo sobre as organizações estudantis.

As tendências de aprofundamento da crise agirão sobre o futuro governo

O próximo governo, seja de Lula ou de Alckmin, terá de aprofundar as reformas neoliberais. A diretriz do FMI para o governo que assumirá em 2007 é “levar adiante um ambicioso conjunto de reformas estruturais mais amplas, destinadas a estimular uma economia mais aberta” e conclui afirmando a necessidade de “redução dos pesados encargos sociais”. Segundo os credores internacionais, a exigência do superávit primário elevado deve constituir num dos pontos essenciais da política econômica do governo. Eliminar o déficit previdenciário implicará o compromisso de novas medidas de cortes às aposentadorias, entre elas a elevação da idade mínima, a extinção da diferença entre homens e mulheres e elevação do tempo de contribuição para as aposentadorias por idade. Como se vê, o governo que assumirá o poder terá de ir mais a fundo no ataque aos trabalhadores. O saque imperialista será reforçado e a economia nacional mais vulnerável com a eliminação dos poucos resquícios protecionistas. Isso nas condições em que a economia mundial tem dado sinais de crise, manifestadas pelas instabilidades nas grandes Bolsas de Valores. Há uma tendência de generalização da crise mundial, o que aumenta as pressões do capital internacional sobre o novo governo. As promessas eleitorais esbarrarão nas diretrizes gerais que são impostas de fora para dentro. A demagogia do PT de que um segundo mandato de Lula estaria voltado ao atendimento de reivindi-



Massa de desempregados em busca de uma das poucas vagas num supermercado

cações básicas dos explorados, como é o caso da terra, se desmorona frente às exigências do FMI. O próximo governo de Lula será mais submisso ao imperialismo, o que pressupõe governar contra os interesses dos explorados. A intervenção do POR no processo eleitoral deve estar voltada à defesa da vida das massas, ponto de partida para a luta contra o imperialismo e contra o sistema capitalista. Levanta as bandeiras de defesa do salário mínimo vital, escala móvel das horas de trabalho e reajustes, fim das reformas antinacionais e antipopulares, ensino público e gratuito em todos os níveis com acesso a todos, defesa do governo operário e camponês e revolução proletária.

A política proletária diante das eleições

O POR, por meio de um manifesto, mostrou sua intenção de constituir uma verdade frente para intervir no processo eleitoral. Caracterizou a frente de esquerda do PSTU contrária a uma frente revolucionária de combate ao capitalismo. Não se tratava de uma frente sob a base de um programa antiimperialista e anticapitalista, mas sim de uma frente para colher frutos eleitorais. O POR defendeu que era necessário a rejeição da frente eleitoreira proposta pelo PSTU ao PSOL e a convocação de plenárias de base para discutir o programa e a tática

de intervenção nas eleições. E que as candidaturas deveriam ser majoritariamente da classe operária e que estivessem de acordo com o programa. Levantou uma plataforma programática com seguintes pontos: 1) defesa da vida das massas (salário mínimo vital, escala móvel das horas de trabalho etc); 2) combate à opressão imperialista: autodeterminação dos povos, não pagamento da dívida externa etc; 3) combate à opressão latifundiária sobre os camponeses; 4) combate à repressão capitalista: direito irrestrito de greve etc; 5) combate ao entreguismo da burguesia nacional: fim das reformas neoliberais etc; 6) defesa da elevação cultural dos explorados: ensino público e gratuito a todos etc; 7) Fim do sistema capitalista: transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social; governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Diante das condições objetivas de construção do POR e da febre eleitoral das correntes de esquerda, a frente revolucionária não se efetivou. Assim, o POR se definiu pelo voto nulo programático. A intervenção nas eleições, que não é o campo do proletariado, só tem razão de ser se for para combater as ilusões democráticas que ainda arrastam milhões de trabalhadores por detrás dos partidos burgueses e como meio auxiliar para impulsionar a luta direta pelas reivindicações das massas, como parte da luta pela destruição do Estado burguês.

Denúncias do capitalismo

Crescimento econômico e aumento da miséria na China

A China é um dos países que mais cresce economicamente, atingindo mais de 10% ao ano. Desde 2001, faz parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), que implica a abertura de sua economia ao capital estrangeiro em setores antes protegidos pelo governo do Partido Comunista Chinês. A restauração capitalista, que acelerou a partir dos anos 70 com os “incentivos” à propriedade privada no campo e a criação de Zonas especiais abertas à exploração do capital imperialista, trouxe para a China as duras conseqüências de um sistema econômico que se desagrega mundialmente. Os altos índices de crescimento se chocam com a miséria da maioria da população.

A expulsão dos camponeses tem provocado uma migração de cerca de 300 milhões para as cidades. Estima-se mais de 300 milhões de desempregados em todo o país, sendo que 200 milhões estão na zona rural. Dados revelados pelo “Fórum sobre a Pobreza” indicam que 73 milhões de chineses mal conseguem comprar a comida. Estatísticas da ONU apontam 200 milhões de chineses vivendo na miséria. Como se vê, o crescimento econômico beneficia uma parcela ultra-minoritária da população. Quem lucra é o grande capital. Na verdade, a elevação do PIB para 10,2% no ano se deu às custas de milhões vivendo à mingua.

As condições de trabalho, em boa parte do país, são as mais precárias possíveis. Os salários são baixos, as jornadas estafantes e direitos trabalhistas quase inexistentes. Nas cidades faltam moradias, saneamento e transporte.

A restauração capitalista na China é descarregada sobre a maioria da população. Os trabalhadores não terão outra saída senão ganhar as ruas contra o governo entreguista e em defesa das reivindicações vitais. A ausência do partido revolucionário é o maior obstáculo para a elevação política e organizativa das massas chinesas, que são controladas pelo poder burocrático do partido comunista. Combater a restauração capitalista é a via para pôr fim à miséria.

Eleições em São Paulo

Concorrem às eleições para o governo de São Paulo 14 candidatos. José Serra (PSDB) comparece nas pesquisas como o possível vencedor, já no 1º turno. Caso ocorra o 2º turno, o concorrente poderá ser Aloizio Mercadante (PT) ou Orestes Quércia (PMDB). Abaixo deles, estão Carlos Apolinário (PDT) e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL). As demais candidaturas não atingiram o percentual mínimo nas pesquisas eleitorais. O PCO lançou Anaí Caproni e o PSTU renunciou a candidatura própria para apoiar o candidato do PSOL.

O Estado de São Paulo enfrenta graves problemas, entre eles a ação do crime organizado (PCC). O governo aproveitou as manifestações do PCC nos presídios para potencializar a ação da polícia, que assassinou mais de 400 pessoas, maioria jovem dos bairros operários. O crescimento da economia pa-

ulista, nos últimos 4 anos, ficou abaixo da média nacional. A Saúde pública foi duramente golpeada, falta tudo, de hospital a remédios. A Educação vive as amargas conseqüências da reforma do ensino, que vem sendo implantada desde 1995. Crescem os cortiços e favelas por todos os lados. Dois milhões de trabalhadores estão desempregados, somente na capital e na Grande São Paulo. E uma juventude pobre sem perspectiva de trabalho e de estudos.

As eleições não modificarão as condições da maioria explorada. Qualquer candidato que assumir o governo dará continuidade às diretrizes gerais ditadas pelo capital imperialista. Mas é nesse momento que as massas são ludibriadas por esse ou aquele partido da ordem capitalista. Contribuem para isso as organizações sindicais e populares que alimentam as ilusões democráticas em vez de impulsionar a ação direta pelas reivindicações vitais.

O caráter embrionário do POR é o principal obstáculo para independizar os trabalhadores e suas organizações dos partidos burgueses. Construir o partido da revolução proletária é a principal tarefa.

A exploração ideológica do capitalismo

O pacifismo disseminado por todo o aparato cultural do Estado capitalista (a religião, especialmente), utilizando palavras de ordem como “humanização social”, “libertação do homem” etc. obscurece a visão dos oprimidos frente ao modo de produção que a oprime, a exclui das condições mínimas de existência e a distancia da concepção materialista do mundo.

O capitalismo enquanto sistema econômico se caracteriza por explorar o trabalho humano para a extração da mais-valia (lucro). O fruto desse trabalho não se destina ao atendimento das condições básicas de sobrevivência de toda a humanidade e sim à necessidade de consumo exacerbado por uma minoria. Como pode acontecer da maioria dos homens achar que esse é o curso normal da vida e que a essa maioria só resta a adaptação a esse mundo como aí está? Certamente, o papel das instituições ideológicas do Estado tem sido cumprido de maneira “competente”: massiva e repressiva.

Vimos em dois momentos recentes, a importância dada pela mídia burguesa à “paz social” preservada por essas instituições ideológicas do Estado. Há algumas semanas com a visita do monge tibetano, Dalai Lama, disseminando que “somente a compaixão pode diminuir o medo e tornar as pessoas mais felizes, compaixão que somente a religião é capaz de cultivar”. Ou seja, o monge veio ao Brasil contribuir com o pensamento dominante, doutrinação que nada mais faz que naturalizar a seleção de um sistema excludente como o nosso, já que a compaixão dentro desse sistema ou é o rico dar migalhas ao pobre, ou é o pobre ajudando o miserável.

Reforçando a compaixão como solução ao medo, os meios de comunicação enfatizaram também a “missa ecumênica”

realizada na Catedral da Sé em razão dos ataques do grupo organizado PCC à burguesia narcotraficante de São Paulo. Apesar da existência das diferentes concepções e práticas religiosas, vimos na “missa” que o doutrinamento específico de cada uma das “seitas” presentes (católicos, protestantes, judeus, budistas, afros, representantes do movimentos dos Direitos Humanos, “Sou da Paz” além da Polícia Militar) foi atenuado com a finalidade de que todas elas cumprissem, em nome da paz, da democracia e dos direitos humanos, seu papel de amenizar e mascarar o conflito entre as classes, sejam reforçando a predestinação (compaixão = conformismo econômico) ou o poder do esforço pessoal do indivíduo como determinante à felicidade (sucesso pessoal = acúmulo de capital).

É também, e principalmente, invertendo ou obscurecendo conceitos, como por exemplo oprimido e opressor (no caso, oprimidos sendo a “população” e opressores os membros do PCC), que a religião dissemina a origem dos fatos sob a perspectiva burguesa e os soluciona sob a perspectiva sobrenatural.

Alienado e mutilado, o homem somente poderá recuperar sua condição humana mediante a crítica radical a esse sistema econômico, político e filosófico (ao modo de produção) que o exclui de sua efetiva vida social, que lhe oprime, lhe mantém escravizado, física e mentalmente. A prática revolucionária, ou seja, a ação política consciente, transformadora e, acima de tudo, conspirativa, se faz determinante para que o homem viva sua verdadeira história, esta possível apenas com o desaparecimento da sociedade de classes, na sociedade comunista.

Para isso é necessário assimilar o socialismo científico, aplicar a concepção materialista da história e construir o Partido Operário Revolucionário.

Governo Lula procura cortar gastos atacando os trabalhadores doentes. É a “alta programada”

Há muito tempo denunciávamos os governos neoliberais (federal, estaduais e municipais) que buscam cortar gastos reduzindo os recursos nos serviços públicos. O governo Lula / PT, entretanto, vem inovando no sentido de criar mecanismos de redução de gastos. Em agosto do ano passado, lançou a chamada Alta Programada, que vem sendo denunciada pelos trabalhadores do INSS.

De acordo com esta medida, o trabalhador com problemas de saúde que tem de ser afastado do trabalho, ao passar pela perícia que lhe licencia, já terá seu retorno (sua alta) programado. Ou seja, sua recuperação está prevista sem nenhum retorno ao médico. Se o trabalhador ainda não estiver em condições de trabalhar, conforme chegar o momento da alta, terá de voltar para a fila e pedir a reavaliação do benefício.

O pagamento do trabalhador fica suspenso até que seja marcada a nova perícia médica (reavaliação do benefício). Aliás, o trabalhador não consegue outra consulta antes de

seu benefício ser cortado. Há denúncias de trabalhadores que tiveram o benefício cancelado (a alta foi dada, de maneira programada) quando estavam ainda hospitalizados.

Para completar a desgraça, o “sistema” burocratizado da Previdência impede o restabelecimento imediato do pagamento dos benefícios suspensos. E o governo criou um forma de impor limite de tempo de afastamento do trabalhador. A idéia é cortar ao máximo o pagamento de benefícios aos segurados da Previdência Social. Essa política já vinha sendo adotada por FHC e está tendo seqüência com Lula. O que se pretende, na verdade, é por meio do sucateamento deste setor, avançar na privatização do INSS.

Os trabalhadores explorados, em geral, e o proletariado, em particular, devem organizar a luta para resistir a mais este ataque do governo. Todos sabem que o governo Lula / PT corta gastos em setores públicos e engorda os bolsos de banqueiros e credores nacionais e internacionais. Essa atitude, entretanto, é coerente com a política burguesa que, cada vez mais, o PT se dedica a implementar.

Para vencer essa política do governo e pôr abaixo a Alta Programada, o proletariado e demais explorados têm de lutar também contra as direções burocráticas de seus sindicatos, da CUT governista e da Força Sindical direitista. A luta pela defesa desse direito elementar de ter licença saúde pode levar os trabalhadores a tomarem consciência da degeneração dessas direções. Chega de miséria aos explorados e riqueza para os exploradores. Abaixo a Alta Programada!

Mais reforma da Previdência

O governo do PT / Lula pretende realizar a nova reforma da previdência (a terceira) ainda este ano. Alega que a mudança é necessária para “diminuir o rombo da previdência”, que atingiu R\$ 90 bilhões ao ano. “Curiosamente”, há cerca de duas semanas, o atual presidente do PT e ex-Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, afirmou, em um programa de televisão (Canal Livre) da TV Bandeirantes, que a previdência não tem déficit e quando se fala que tem não se está considerando Cofins e outras taxas.

Pelo novo projeto, vai acabar a aposentadoria por tempo de contribuição. Os trabalhadores só terão direito a aposentaria quando atingirem a idade mínima: homem aos 60 anos e mulher aos 55 anos.

O senador Paulo Paim (PT-RS) não só confirmou a mudança como a defendeu. Diz que a vantagem é que o Governo acabará com o fator previdenciário. Defende que sejam criadas regras de transição para o novo modelo de aposentadoria, de forma que não seja prejudicado o trabalhador que, pelas regras atuais (que combinam tempo de contribuição e idade mínima), já está prestes a se aposentar (ex.: quem contribuiu 36 anos se aposenta com 59 anos se for homem e com 54 anos, se for mulher). “Assim, a mudança ficaria mais simpática e não daria prejuízo a quem trabalha hoje e paga a Previdência de acordo com as regras atuais” (Diário de São Paulo, 27/06/06).

Pelo projeto ainda, o valor das aposentadorias volta a ser calculado com base na média dos últimos 36 meses de contribuição.

Governo Lula é responsável pela prisão dos sem-terra

Enfrentamento dos camponeses do MLST com os seguranças, invasão, quebra e ocupação da Câmara Federal foram registrados pela TV, mostrados e repetidos à população. Cenas e cenas retratavam vandalismo, violência pela violência. Interpretação apresentada: bando de arruaceiros, quadrilheiros e desclassificados. Resultado: prisão de mais de 500 sem-terra, 42 ficaram nos cárceres, abertura de processo por atentado à vida dos seguranças, dano ao patrimônio público, arregimentação de menores e formação de quadrilha.

Dias depois: Polícia Federal pede indiciamento de outros 73 camponeses. Total: 115 criminosos perigosos para a ordem pública e para a democracia burguesa.

O lado político dos fatos: Lula se solidarizou com o Congresso, o PFL denunciou o vínculo do MLST com o PT, Ricardo Berzoini afastou imediatamente Bruno Maranhão da direção do partido, o PSDB exigiu do governo explicação dos milhões destinado ao MLST e investigação foi aberta.

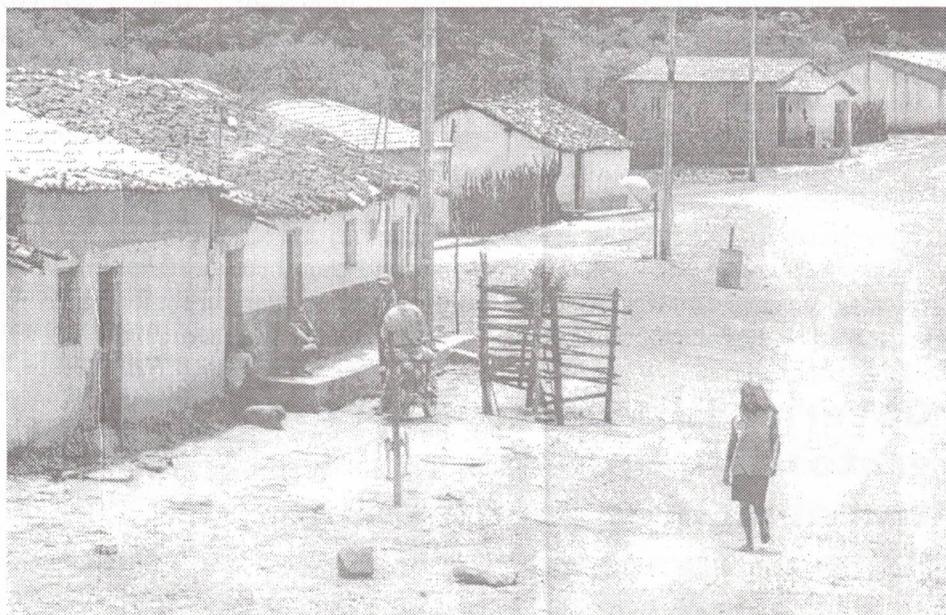
As imagens de 6 de junho foram recortadas e congeladas de uma realidade maior. Os acampamentos miseráveis dos sem-terra, a fausta riqueza dos latifundiários, a gigantesca concentração de terras. Mais: a falsa promessa do governo Lula de fazer a reforma agrária, a opressão dos senhores de terra aos pobres do campo, Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

As imagens de 6 de junho foram isentadas da maior das realidades: a fome. Os milhões de estômagos vazios, o sangue ralo, as doenças da inanição, nada disso se espelhou aos olhos de Aldo Rebelo, do PT, PFL, PSDB, PMDB. Espelhou a "Casa do Povo" invadida por facínoras, sem-lei. Imagem geral: criminosos.

A Polícia Federal descobriu que tudo estava "planejado", os 600 camponeses de várias partes do País foram a Brasília para quebrar tudo. A PF não investigou o pedido de audiência do MLST com o Presidente da Câmara, a negativa e o bloqueio dos seguranças para impedir a entrada de trabalhadores agrários, mu-



A imprensa só mostrou o resultado do "ataque" dos sem-terra. Quanto à miséria...



lheres e filhos dos camponeses.

Não existe essa imagem: camponeses pobres, sem-terra. Eis a imagem apagada dos fatos: pobres do campo. Eis a imagem montada: criminosos.

Nesse momento, o Supremo Tribunal Federal libertou o fazendeiro Regivaldo Pereira, que contratou pistoleiros para matar a missionária Dorothy Stang, no Pará. Vidas e vidas dos camponeses têm sido destruídas pela violência das armas dos donos de terra, protegidos pelo Estado e pela Lei que fundamenta o direito à propriedade privada dos meios de produção e o direito dos capitalistas manterem na miséria milhões de seres.

O que aconteceu na Câmara dos De-

putados – uma casa de ladrões, muito bem protegida – foi apenas uma pequena demonstração da revolta dos pobres do campo. Infelizmente, o fato ficou isolado, quando deveria contar com uma grande mobilização em todo o país. Agora, é preciso responsabilizar o governo Lula, o PCdoB que tem o presidente da Câmara Aldo Rebelo e o conjunto dos partidos patronais de manterem na prisão os que lutam pela terra.

Nossas bandeiras: Liberdade imediata de todos os presos do MLST. Fim dos processos. Punição aos assassinatos de camponeses e daqueles que os apoiaram, como Dorothy Stang.

Defender o Salário Mínimo Vital e demais reivindicações elementares como forma de combater o supersimples

O ataque aos trabalhadores, um aspecto constante da política implementada por Lula / PT, mais uma vez vem à tona. Trata-se do SUPERSIMPLES, medida aparentemente relacionada à redução de impostos para as empresas de pequeno porte. É uma remodelação de impostos aparente porque, no bojo das mudanças, há a redução de direitos aos trabalhadores.

O supersimples é fruto de um acordo do PT com o PSDB

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que o SUPERSIMPLES, que atualmente tramita no Congresso Nacional, é produto de uma aliança entre o PT e o PSDB. Em 2003, o governo Lula precisava aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 41/03, que consistia na Reforma Tributária, elaborada pelo então Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e o ex-Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Ambos hoje afastados do governo por envolvimento com corrupção. Para obter o apoio do PSDB, além do da base aliada, foi introduzida nesta PEC a criação do SUPERSIMPLES.

A oposição burguesa, ficou com o PFL, que criticava a PEC 41/03 por aumentar a carga tributária e concentrar mais recursos "nas mãos da União". Para o PSDB, a criação do SUPERSIMPLES era Reforma Tributária, uma conquista do seu partido, já que simplifica a tributação de todos os entes federados para as microempresas e empresas de pequeno porte. Daí, na ocasião, o deputado Juthay Júnior (do PSDB / BA) ter elogiado a atuação do então Presidente da Câmara, João Paulo Cunha (hoje também afastado devido à corrupção), "na condução do processo de negociações que envolveu seu partido".

Foi o acordo entre o PT e o PSDB que permitiu que a votação dessa PEC fosse vitoriosa para o governo nos dois turnos na Câmara e também no Senado. As tentativas de inviabilizar as vo-

tações (com as famosas obstruções de pauta) por parte do PFL não contavam com a ajuda do PSDB, o qual prometia "não criar qualquer problema para a base governista na votação dos destaques e emendas...". O resultado foi a promulgação da Reforma Tributária.

Alguns pontos, entretanto, exigiam regulamentação e, conseqüentemente, novas discussões e negociações entre os partidos. Dentre eles, faltava a regulamentação do SUPERSIMPLES. Até maio de 2004, ainda não havia ocorrido a mesma, embora o PLP 123/2004, de Juthay Júnior (PSDB) estivesse pronto desde janeiro e apresentado. Nesta ocasião, o PT não se esforçava tanto para votar o projeto de regulamentação do SUPERSIMPLES, o qual era prioridade para o PSDB, que reclamava constantemente sua inclusão na pauta, ameaçando não votar os projetos do governo.

De 2004 até hoje o PLP 123/04, na forma de seu substitutivo (que passou a ser válido por aprovação da comissão), não foi regulamentado. Entretanto, desde o início deste ano, o atual Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, tem dado prioridade ao projeto. Segundo as últimas informações, o projeto que cria o SUPERSIMPLES poderá ser votado assim que a pauta for desobstruída pela aprovação das MP's que aguardam votação. Ou seja, a qualquer momento os trabalhadores poderão ter seus direitos eliminados.

Esses acordos entre o PT e o PSDB demonstram que os partidos burgueses conseguem se aliar quando está em jogo a manutenção do capitalismo. Para o PT, a reforma tributária permite juntar recursos na União; para o PSDB, é a defesa da iniciativa privada, "do empreendedorismo" representado pelas micro e pequenas empresas.

Em que consiste o SUPERSIMPLES?

O substitutivo do PLP 123/04 (e os

outros PLPs a ele agregados), que regulamenta o SUPERSIMPLES, é conhecido também como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O texto atual foi aprovado por unanimidade na Comissão Especial da Microempresa no dia 13/12/05, o que demonstra que sua aprovação no parlamento é quase certa.

O SUPERSIMPLES institui o SIMPLES Nacional, isto é, substitui o atual SIMPLES, criado em 1996, pela Lei 9.317, e que se restringia à esfera Federal, "simplificando" o pagamento de tributos federais apenas para as microempresas e empresas de pequeno porte dos setores da indústria e do comércio. Além disso, não era obrigatória sua aplicação para os estados e municípios.

O SUPERSIMPLES, que valerá agora para todo o país, unificará 9 impostos e contribuições a serem pagos pelas microempresas e empresas de pequeno porte:

- 6 impostos federais: IRPJ, IPI, CSLL, PIS/PASEP, Cofins e INSS patronal;
- 1 estadual (ICMS);
- 1 municipal (ISS);
- a contribuição para entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

Serão consideradas como microempresas, aquelas cuja receita anual bruta for de até R\$ 240 mil e, como empresas de pequeno porte, aquelas cuja receita anual bruta esteja na faixa de R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões. Essa proposta também se estende para as empresas com até 5 funcionários ou familiares os mesmos benefícios.

As microempresas e empresas de pequeno porte que atenderem a essas condições poderão optar por participarem do SUPERSIMPLES. O sistema recebe esse nome porque o recolhimento de impostos passa a ser unificado e centralizado. A arrecadação, a fiscalização e cobrança de impostos poderão ser compartilhadas entre a União, os

estados, o Distrito Federal e os Municípios.

É assim que o SUPERSIMPLES é definido pelos seus defensores. Como explica um burocrata do SEBRAE “não se trata de um imposto único, mas da unificação da arrecadação”.

O SUPERSIMPLES e os problemas que gera para os trabalhadores

O PLP 123/04, através do substitutivo, prevê que diminuição do valor do imposto a ser pago pelas micro e pequenas empresas, ao permitirem que elas deduzam da base de cálculo as despesas com a folha de pagamento de salários e encargos dos empregados contratados regularmente (com registro em carteira). Isso para “estimular a geração de emprego”, como demagogicamente dizem.

Elimina a obrigação dessas empresas elaborarem e manterem atualizado o chamado “perfil profissiográfico previdenciário”, que deve conter informações sobre as atividades realizadas pelos trabalhadores e deve ser fornecido aos mesmos quando de rescisão de contrato. Esse registro, pode conter informações quanto aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho, isto é, cuidam da saúde do trabalhador. Caso a empresa não o mantenha atualizado e não forneça uma cópia ao trabalhador, tem de pagar multa.

Define que as pessoas jurídicas optantes do SUPERSIMPLES que não tiverem empregados não precisam entregar a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controle do governo federal. Se não bastasse o que está previsto no PLP 123/04, os projetos a ele agregados trazem mais problemas para o trabalhador.

O PLP 155/04, por exemplo, defende que não sejam acrescido em 50% os percentuais de impostos e contribuições a serem pagos mensalmente pelas micro e pequenas empresas inscritas no SIMPLES. Ou seja, para aquelas que realizam as seguintes atividades: creches, pré-escolas e estabelecimento de ensino fundamental; centros de formação de condutores de

veículos automotores de cargas e passageiros; agências lotéricas. E também querem isso para aquelas empresas cuja receita bruta pela prestação de serviços for igual ou maior a 30% da receita bruta anual.

O PLP 320/05 isenta as microempresas e empresas de pequeno porte de pagamento de tributos federais, entre eles, a contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, num período de um ano. Isso “para que possam elas enfrentar as dificuldades de ordem econômica que ocorrem nesse período”.

O PLP 299/05 propõe que as empresas que foram excluídas do SIMPLES, por falta de pagamento de impostos, possam pedir parcelamento da dívida total em até 48 vezes.

O projeto prevê que microempresas e empresas de pequeno porte, cujo faturamento não seja superior a R\$ 36 mil anuais, terão o percentual do FGTS reduzido para 4% (atualmente é de 8%); o da Previdência se reduz para 11% (hoje é de 20%); o ICMS se limita a 1,5% e o ISS a 2%; estarão isentas de impostos federais como PIS, Cofins, CSLL, IPI, IRPJ. Dificulta a fiscalização trabalhista que verifica as condições de segurança e saúde no trabalho, bem como o cumprimento ao pagamento de salários, férias, 13º etc.

Como visto, o projeto que visa favorecer o pequeno e médio capitalistas. É um ataque aos trabalhadores, que serão superexplorados e não terão nenhuma garantia dos seus direitos elementares dentro da empresa e se saírem dela. (FGTS, por exemplo). Incentivará sim as demissões (o valor a ser pago de multa será baixo) e a redução de salário (pela troca de mão-de-obra ou pela ameaça constante aos trabalhadores).

O SUPERSIMPLES, o salário mínimo vital e as demais reivindicações dos explorados

Diante de mais este ataque do governo, os trabalhadores só têm uma saída: o contra-ataque. Este só pode se dar por meio da defesa das reivindicações, tais como: a defesa dos direitos, do emprego e do salário.

Muitos defendem que, numa circunstância como esta, os trabalhadores devem pressionar o parlamento a não votar determinado projeto (com caravanas à Brasília, fax aos deputados e senadores etc.) ou procurar parlamentares que possam apresentar emendas ao mesmo. Esse é um grave erro. Não podemos iludir os explorados: o parlamento é burguês, procura atender a burguesia e, neste caso, a pequena burguesia.

A pequena empresa não terá vida longa no capitalismo, os próprios parlamentares e o governo admitem. Daí criarem medidas para lhe dar sobrevivência. Mas, ao tentar salvar a livre iniciativa, a concorrência, a propriedade privada, enfim, o capitalismo, só podem fazê-lo jogando o peso da crise sobre o trabalhador.

A defesa intransigente das reivindicações permite aos explorados se conscientizarem das mazelas do capitalismo e a necessidade de derrubá-lo.

Diante da possibilidade de aprovação do SUPERSIMPLES, é preciso defender:

- Nenhum direito eliminado, eles devem ser ampliados!
- Emprego a todos, através da ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO, que consiste na divisão das horas de trabalho entre todos aqueles aptos ao trabalho!
- SALÁRIO MÍNIMO VITAL, a ser calculado e aprovado pelas assembleias de base!
- ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE, que é o reajuste automático conforme o índice da inflação para manter o poder de compra do trabalhador!

O POR defende que o valor do salário mínimo vital seja de R\$ 2.500,00. Esse valor é fruto de um cálculo que considera as necessidades de um trabalhador e sua família (família de 4 pessoas). A defesa do salário é a defesa da vida do trabalhador, assim como a defesa do emprego. Abrir mão dessas defesas é mesmo que concordar que o trabalhador morra a míngua. A defesa de um salário maior consiste na redução da taxa de mais-valia, tradução material da exploração do trabalhador.

A luta por mais verbas para a Educação SP

Quando do fechamento deste jornal, se encerrava a greve de funcionários da USP, que depois de 22 dias em luta obteve reajuste de 5%, além daquele oferecido pelas reitorias das universidades paulistas. A luta por mais verbas na educação sofre com a falta de mobilização, decorrente do isolamento da greve dos funcionários pelos sindicatos docentes e pela não realização da greve estudantil, que abriria caminho para a luta massiva nas ruas, como no ano passado. Reproduzimos abaixo o material da Corrente Proletária na Educação, distribuído no ato público realizado em 21/06.

Unidade do funcionalismo para derrotar a política de destruição dos serviços públicos

Há mais de uma década, os governos (municipal, estadual e federal) vêm cortando recursos dos serviços públicos. O resultado é a impossibilidade de atendimento da população empobrecida que deles depende e as péssimas condições de trabalho e salário do funcionalismo.

A luta por mais recursos aos serviços públicos significa o combate à privatização. Nesse sentido, a reivindicação de mais verbas para a educação se choca com as políticas privatistas. Mas não pode ser limitada à

pressão parlamentar, aos deputados que vivem de gordos salários e de toda sorte de privilégios. Sem dizer que estão a serviço da implantação de medidas neoliberais, que têm como consequência o sucateamento dos serviços essenciais, entre eles a educação pública. As tais "pressões" à Assembleia Legislativa não mexem com ninguém, não chamam a atenção ao problema e ainda livram as mãos do "executivo" para seguir com a política de desresponsabilizar o Estado para com a saúde, educação e outros setores

do funcionalismo. A luta dos professores contra o PLC 26, no ano passado, reforçou uma antiga lição do movimento dos trabalhadores e dos estudantes: somente tomando as ruas os governos cedem.

A unidade do funcionalismo juntamente com os estudantes é fundamental. Mas têm de ganhar as ruas, paralisar as atividades e se apoiar nas reivindicações e nos métodos que são próprios dos explorados, para projetar para o conjunto da população assalariada a luta contra o governo e suas medidas.

LDO por si só não garantirá nossas reivindicações

A tentativa de interferir na Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias (LDO) para elevar os recursos da educação (30% para 33%) não garante que nossas reivindicações de reajuste salarial, emprego a todos e conquistas de direitos sejam atendidas. O que estamos vendo é que as direções sindicais submetem o atendimento das reivindicações ao que puderem obter dos "lobbiês" parlamentares. Na verdade, abrem mão das reivindicações e abandonam o método dos trabalha-

dores, que é a ação direta (greves, passeatas, bloqueios etc.) e as bandeiras que garantem a sobrevivência.

As mobilizações atuais dos trabalhadores mostram que o que motiva a luta é a defesa do emprego, do salário e de direitos, que foram arrancados pelas Reformas antinacionais e antipopulares.

Não abandonemos o fundamental da luta:

- Emprego a todos, através da escala móvel das horas de trabalho (divisão

das horas de trabalho entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho, sem redução de salário)!

- Salário mínimo vital (com valor que realmente garanta a sobrevivência) calculado e aprovado pelas assembleias de base!
- Fim das Reformas neoliberais que eliminaram conquistas dos trabalhadores
- Atendimento das reivindicações dos trabalhadores da educação e estudantes

Diretoria da APEOESP está enterrando a Campanha Salarial

A diretoria da Apeoesp age como as demais direções burocráticas. Pegou o mote da Resolução 18 (que nos obrigava a compensar o tempo da hora-relógio na escola) para defender a revogação da Lei 836/97 que ajudou a elaborar. Lembremos que essa revogação já havia sido defendida pela oposição e aprovada pelos professores em assembleia desde o ano passado e a diretoria não tinha encaminhado nada

neste sentido. Começou a jogar peso na formulação de um outro Plano de Carreira que, sem dúvida, é necessário, mas para disfarçar que não está fazendo nada. Tanto isso é verdade que discute plano de carreira sem discutir um piso mínimo de salário, separa as duas discussões. Pretende retardar essa discussão do plano, jogá-la para o congresso do sindicato, que é totalmente burocratizado.

Outra forma de disfarçar o imobilismo é sua campanha pela participação na ALESP em torno da LDO. No Fax Urgente nº 33 (05/06/06) diz: "As audiências são importantes espaços para o funcionalismo apresentar emendas que garantam maior aporte de verbas para setores essenciais, como Educação, Saúde, Iamsp, Segurança Pública, Habitação, entre outros." E acrescenta: "Vamos reivindicar a consignação de verbas para,

entre outros pontos, garantir a reposição salarial”.

A diretoria da APEOESP engana os professores ao afirmar que a luta por mais verbas para a escola pública poderá reverter a situação atual, onde: “O que governo paulista aplica atualmente em educação é uma vergonha”. (Fax Urgente nº 35, de 14/06/06). Da mesma forma que os ilude a pressionar o Congresso Nacional para aprovar o FUNDEB, que não assegura o ensino público e gratuito a todos. Não basta garantir leis que impliquem mais recursos, pois os governos não as cumprem. Veja-se o relatório de contas do governo Lula / PT de 2005, que mostrou que os gastos

com ensino fundamental e combate ao analfabetismo foram menores do que determina a Constituição.

Os professores devem rechaçar a atitude da diretoria da APEOESP de realizar ações isoladas e distracionistas, ao invés de investir na mobilização para arrancar do governo um aumento salarial real. Defendemos que nenhum professor receba menos que R\$ 20,00 a hora-aula, portanto um piso de R\$ 2.500,00.

Nossas Propostas:

1. Convocação de assembléia geral dos professores para aprovar os rumos da campanha salarial;

2. Unidade com os funcionários de

escola, que são atingidos pelas contratações por meio de cooperativas que são verdadeiras máfias contra o emprego e o salário;

3. Organizar um só movimento dos trabalhadores da educação, envolvendo as universidades, as escolas municipais, técnicas e as estaduais;

4. Rechaçar o distraционismo das direções sindicais e levantar as reivindicações e os métodos que são genuínos da classe trabalhadora.

5. Pela defesa do ensino público, gratuito, voltado à produção social e para todos. Fim da mercantilização do ensino.

Nas universidades, apesar da luta dos funcionários, o freio do sindicato docente

As universidades estaduais paulistas realizaram em 2005 um forte movimento pelo aumento de verbas. A mobilização chegou em alguns momentos a superar os limites impostos pela política de pressão lobista no parlamento das direções sindicais docentes e foi às ruas, enfrentou a repressão policial e começou a projetar o movimento para a população assalariada. Mas bastou isso e a derrota da votação da LDO para que a direção sindical docente enterrasse a luta, pondo fim à greve e pressionando todos a voltarem às aulas e ao trabalho e “votarem melhor nas próximas eleições”. Contou com o apoio das direções do movimento estudantil, que se juntaram à direção docente e abandonaram os funcionários em greve.

Neste ano, a direção docente já partiu de uma reivindicação salarial rebaixada (7% de reajuste) para tentar chegar a um acordo com os reitores e o governo na campanha salarial (os reajustes de outros setores aproximaram de 3%). Paralelamente, iniciou uma campanha por mais verbas para a universidade (à qual a campanha salarial se subordinava), almejando uma negociação no parlamento que chegasse a um meio termo entre os atuais 30% do ICMS e os 33% reivindicados (muito provavelmente tinham como meta os 31% vetados por Alckmin no ano pas-

sado).

Os reitores ofereceram míseros 0,75% de reajuste e tentaram sufocar a campanha salarial dividindo professores e funcionários: aumentando o ticket refeição dos funcionários, tentou desmobilizá-los. Esses reajustes nos vales alimentação são significativos em relação a salários rebaixados.

Mas os funcionários foram justamente o setor que se revelou com maior disposição de luta. Colocaram o aumento de verbas para a educação como bandeira e foram à greve. Na maioria dos campi da Unesp e na USP, iniciaram a greve e surpreenderam as direções pelo grau de adesão.

Enquanto isso, os sindicatos docentes rejeitaram a greve e aprovaram hipocritamente o “indicativo de greve” para o fim do semestre, adiado mais de uma vez. Agora, ficou para o dia 27 de junho. Quem acredita que uma greve possa começar depois do fim do semestre letivo? E foram às salas de aula combater as propostas de greve estudantil. Alguns chegaram ao ponto de suspender as aulas e instigar seus alunos a irem às assembleias estudantis votar contra a greve. Tudo para preservar o controle sobre o “movimento” por mais verbas para a educação, que não passa de pressão lobista parlamentar.

Os estudantes da USP realizaram

em 08/06 (com funcionários já em greve) uma assembleia de mais de 400 pessoas. Depois de um acalorado debate, votaram pela greve estudantil (por pequena margem), contra a proposta da direção do DCE de “indicativo de greve para o dia 20”. Na verdade, por trás da proposta da direção do DCE, estava a submissão do movimento estudantil à direção docente (Adusp) e à sua pressão lobista.

Assembleias foram realizadas em vários cursos. Na maioria deles, o número de presentes foi considerável. O que mostra que a votação de greve na assembleia geral mobilizou e impulsionou o debate sobre a necessidade da luta. As votações foram todas contrárias à greve, mas sempre divididas. Mostraram que havia uma parcela de estudantes dispostos à luta, mas que a pressão do fim do semestre e dos professores foi mais forte.

É preciso fortalecer o setor disposto à luta e se apoiar nele para ampliar a mobilização. Paralisar as aulas no dia 21 e realizar uma grande manifestação de rua por mais verbas para a educação, contra o governo e suas políticas privatizantes, e pelas nossas reivindicações. Nada de ficar à reboque dos lobistas nos gabinetes de deputados. Ir às ruas e chamar a população assalariada a combater os governos e suas políticas e a defender com a luta as reivindicações.

Metalúrgicos ABC

Trabalhadores aprovaram: Sindicato não está autorizado a negociar nenhuma demissão e retirada de direitos

Em maio, depois que a Volks apresentou seu plano de reestruturação (demissão, redução de salários, terceirização etc.) ao sindicato, o presidente do sindicato, Feijóo, em assembléia realizada no pátio com os dois turnos, depois de comentar e criticar todos os pontos do plano da Volks colocou em votação e os trabalhadores aprovaram, por unanimidade, que o sindicato não estava autorizado a negociar nenhuma demissão ou retirada de direitos.

No dia 14 de junho, as direções dos sindicatos do ABC, Taubaté e Curitiba se reuniram com a direção da Volks. Nessa reunião, a empresa reafirmou seu plano de reestruturação e acrescentou que a planta de São Carlos também será afetada. Os sindicatos, por sua vez, exigiram mais transparência à empresa em relação ao plano de reestruturação e disseram ainda que só voltariam a negociar se ela colocasse no papel timbrado seu plano de reestruturação. Essas exigências do sindicato foram ridículas. Primeiro, porque o jornal da Volks e vários outros jornais, inclusive o do próprio sindicato, já haviam divulgado detalhadamente, desde maio, todos os pontos do plano de reestruturação da Volks. E mais, que diferença faria se o plano estivesse num papel timbrado ou não? **O fato: é preciso organizar a luta para derrotar o plano de reestruturação da Volks.**

Sindicatos terão cinco reuniões de negociação com a empresa até o dia 30 de junho

Dias depois do sindicato ter feito a "difícil" exigência, a Volks colocou em papel timbrado, todo seu plano de reestruturação antes apresentado, ou seja, 5.773 demissões até 2008, sendo

3.672 na Planta Anchieta, 1.420 em Curitiba e 681 em Taubaté, além de todos os outros pontos. A primeira etapa das demissões, segundo a empresa, aconteceria em novembro, sendo 1.800 na planta Anchieta, 900 em Curitiba e 300 em Taubaté. Além disso, terceirizar os setores de logística, ferramentaria, manutenção, segurança, bombeiros, qualidade etc; redução de 35% nos salários para novos contratados, não efetivação dos alunos do Senai, trabalhar até oito horas de graça para empresa, e vários outros itens que retiram direitos dos trabalhadores. O sindicato então declarou: *"agora sim, podemos começar o diálogo, podemos negociar"*. Informaram, em seguida, que teriam cinco reuniões de negociação com a empresa até o dia 30 de junho.

A questão é: Negociar o quê? Qual a proposta do sindicato?

Companheiros, temos de ter muito cuidado com o resultado das negociações que estão acontecendo entre a direção do sindicato e a Volks. Devemos ter cuidado, porque analisando todas as negociações e acordos feitos pela direção do sindicato e a empresa nos últimos anos, principalmente em 1998, 2001 e 2003, quem sempre saiu perdendo foram os trabalhadores. Negociar significa ceder e nas negociações feitas pelo sindicato só quem tem cedido foram os trabalhadores. A história é sempre a mesma. A empresa apresenta seu plano de reestruturação (demissão, redução de salário, terceirização etc). Em seguida, o sindicato, ao invés de organizar os trabalhadores para lutarem em defesa de uma outra proposta que se oponha à da empresa e que garanta realmente seus empregos, salários e direitos, faz o contrário, senta para negociar com a fábrica e

logo em seguida faz um acordo que permite a empresa demitir milhares de trabalhadores, terceirizar várias alas, reduzir os salários etc.

Os trabalhadores devem reprovar qualquer proposta negociada pela direção do sindicato que inclua demissão ou retirada de direitos.

Defendamos:

- Unidade de todos os trabalhadores para lutar em defesa da redução da jornada sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho).
- Assembléia geral de todos os metalúrgicos do ABC para organizar a luta contra as demissões e o ataque dos patrões.
- Se a Volks insistir com plano de reestruturação, é preciso fazer uma greve por tempo indeterminado envolvendo os trabalhadores das cinco plantas da Volks.
- A direção do sindicato deve utilizar nossa mensalidade para fazer um fundo de greve para manter a luta até o final.
- Defendemos o controle operário da produção. Os patrões são parasitas que exploram a força de trabalho, se eles não podem garantir empregos a todos, é preciso ocupar a fábrica e colocar nas mãos dos trabalhadores o controle da produção.
- Nenhum empréstimo do governo para as multinacionais.
- Defendemos também a estatização não só da Volks mais de todas as multinacionais e empresas privadas, sobre o controle dos trabalhadores e sem nenhuma indenização aos capitalistas. A luta pela estatização é uma luta pela expulsão das multinacionais e pelo controle operário da produção. A estatização feita por um governo burguês é ilusão. A estatização só será feita por um governo operário e camponês, que sairá da ação direta das massas.

Metalúrgicos - SP: Polêmica**Discordamos da posição do Ferramenta**

O boletim metalúrgico Ferramenta, que representa a Conlutas na Volkswagen, no ABC, apresenta como resposta às ameaças de demissões a seguinte proposta: "A direção do sindicato, que é aliada ao Governo Federal, tem que exigir que o presidente Lula faça uma Medida Provisória garantindo estabilidade no emprego, como contra-partida ao empréstimo conseguido pela Volks". E conclui: "Essa sim seria uma medida que agradaria os trabalhadores, afinal o Estado é para defender os pobres e não os ricos". Eis um dos argumentos: "Mas, ao invés disso, o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, veio até o sindicato puxar a orelha dos diretores, porque não estão trabalhando direito na campanha do candidato do Estado, Aloísio Mercadante, demonstrando que o que importa para eles no momento são as eleições".

A denúncia contra o governo Lula que favorece a multinacional com um empréstimo e contra a burocracia sindical que serve de correia de transmissão da política patronal petista está correta e é necessário que se faça. No momento em que os capitalistas atacam os empregos torna-se mais fácil mostrar aos trabalhadores o conteúdo de classe do governo Lula. Mas propor que a burocracia petista exija que o governo faça uma Medida Provisória de estabilidade desvia o sentido da luta contra as demissões.

Não há que entrar nas disputas eleitorais do momento. É preciso denunciar as manobras eleitorais que envolvem o sindicato e defender entre os operários nenhuma demissão, abertura da contabilidade das multinacionais, a aplicação da escala móvel das horas de trabalho, sem reduzir o salário e controle operário da produção. Para organizar o movimento, coloca-se a luta contra a burocracia para que convoque a assembléia geral dos metalúrgicos do ABC. O isolamento dos metalúrgicos da Volks favorece a multinacional.

É nesse terreno que se dará o combate às demissões. Qualquer bandeira favorável aos metalúrgicos a ser dirigida ao governo deve sair da mobilização unitária pela abertura da contabilidade,

escala móvel das horas de trabalho e controle operário da produção.

A explicação do Ferramenta de que "afinal o Estado é para defender os pobres e não os ricos", engana a classe operária. O Estado é uma ferramenta da classe burguesa, somente servirá aos capitalistas. O que deve ser dito: o Estado burguês jamais defenderá os pobres, somente os oprimirá em favor da classe capitalista. Eis por que é necessário mostrar aos trabalhadores que o capitalismo jamais garantirá emprego a todos e que, portanto, a luta contra as demis-

sões é parte do combate da classe operária para destruir o capitalismo.

A estratégia da luta em defesa da vida dos explorados é a da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva (socialista). Contra o governo burguês de Lula – que substituiu FHC e que depois poderá ser substituído por outro – os oprimidos do campo e da cidade deverão lutar por um governo operário e camponês. A tarefa revolucionária é mostrar que o Estado capitalista deve ser destruído pela revolução social.

Contra as demissões:
REDUÇÃO DA JORNADA
SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO
(ESCALA MÓVEL DAS
HORAS DE TRABALHO)



MASSAS POR - Partido Operário Revolucionário



Nesta edição:

- Bolívia: O que serão a Constituinte e as autonomias?
- Conflitos se mantêm e revelam a violência do imperialismo

**Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Bolívia: O que serão a Constituinte e as autonomias?

Patricio

A organização e destino da Constituinte e das Autonomias (estaduais ou não) não se distanciará um só milímetro do legislado pela Constituição atual e do ordenamento jurídico, ainda mais pela vontade perversa e até estúpida dos constituintes.

Destruir a vontade dos serviçais da burguesia, das multinacionais e do imperialismo? Impossível, os delegados que aprovam as leis serão seus lacaios. Soberania do país? Não. Os que mandam serão os instrumentos dos que destroem o país e o convertem em colônia.

A Constituição política pode ser modificada, mas tudo se reduzirá a introduzir algumas emendas na antiga.

A nova Constituição, como a Lei de hoje, será o instrumento que imporá a grande propriedade privada dos meios de produção e a submissão ao imperialismo. A Bolívia e seus ha-

bitantes continuarão agonizando em meio à extrema miséria e ao desemprego massivo, como corresponde à colônia ianque.

A BOLÍVIA DE HOJE É O REFLEXO DA GRANDE PROPRIEDADE PRIVADA.

A CRIATURA DA CONSTITUINTE CONINUARÁ SENDO A CRIATURA MISERÁVEL ATADA À GRANDE PROPRIEDADE PRIVADA BURGUESA.

Corresponde acabar com a grande propriedade privada, seguindo o caminho da insurreição e não o da farsa eleitoral e parlamentar.

A CONSTITUINTE NÃO NOS SALVARÁ DOS MALES ATUAIS, PARA ARRANCÁ-LOS, TEMOS DE CONSUMAR A REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS.

Conflitos se mantêm e revelam a violência do imperialismo

Palestinos rechaçam acordo com o imperialismo e com Israel

Na segunda quinzena de junho, uma facção militar do partido Hamas sequestrou um oficial do exército de Israel. Em represália a essa ação da resistência palestina, o governo de Israel preparou uma grande operação militar de "resgate", com destruição de pontes e de uma



central elétrica na Faixa de Gaza através de bombardeios.

Este fato ocorre justamente no período em que se firmou um acordo entre o partido Hamas e o partido Fatah, pretendendo formar uma coalizão governamental, assim como a participação de outros grupos no interior da Organização para Libertação da Palestina (OLP), que possui o monopólio do diálogo com Israel.

Contudo, os países imperialistas e Israel pretendiam um acordo dentro do chamado “documento dos prisioneiros” palestinos, que propunha um plebiscito para o reconhecimento do Estado de Israel. A aceitação desse acordo seria uma forma velada de reconhecer a existência do Estado de Israel e, conseqüentemente, aceitar as ocupações promovidas por ele. Mas essa hipótese foi descartada pelo pronunciamento das lideranças do partido Hamas, que, apesar de suas lideranças estarem propensas a aceitarem o “documento dos prisioneiros”, sofrem pressão das facções mais à esquerda. Sendo assim, foram obrigados a recuar em suas intenções de reconhecimento do Estado de Israel.

Contudo, o imperialismo continua estrangulando financeiramente o governo palestino. As exigências são de reconhecimento do Estado de Israel e o abandono da luta armada pelo militantes do Hamas.

Essa interferência do imperialismo permanecerá enquanto o povo palestino não expulsar de seu meio os lacaios que apoiam as imposições das nações imperialistas. Isso somente será possível a partir da construção de um partido revolucionário e a fomentação da revolução proletária por todo o mundo árabe.

Timor leste: Derrubar o governo fantoche de Xanana Gusmão

Após a renúncia do primeiro ministro do Timor Leste, Mari Alkatiri, o presidente Xanana Gusmão, seu principal inimigo político, assumiu o poder. Alkatiri renunciou depois do enfrentamento que teve com os 600 soldados que se sublevaram após serem demitidos.

Gusmão pretende formar um governo provisório, convidando personalidades para ocupar o cargo de premiê e, caso não obtenha sucesso, dissolver o parlamento e antecipar as eleições, que seriam no início de 2007.

Neste sentido, é preciso ter claro que qualquer governo que venha a ser formado no Timor Leste será subserviente aos interesses de saque das riquezas nacionais (petróleo) da burguesia imperialista.

A crise que se instalou no Timor Leste reflete as péssimas condições de vida da maioria da população timorense e, conseqüentemente, ex-

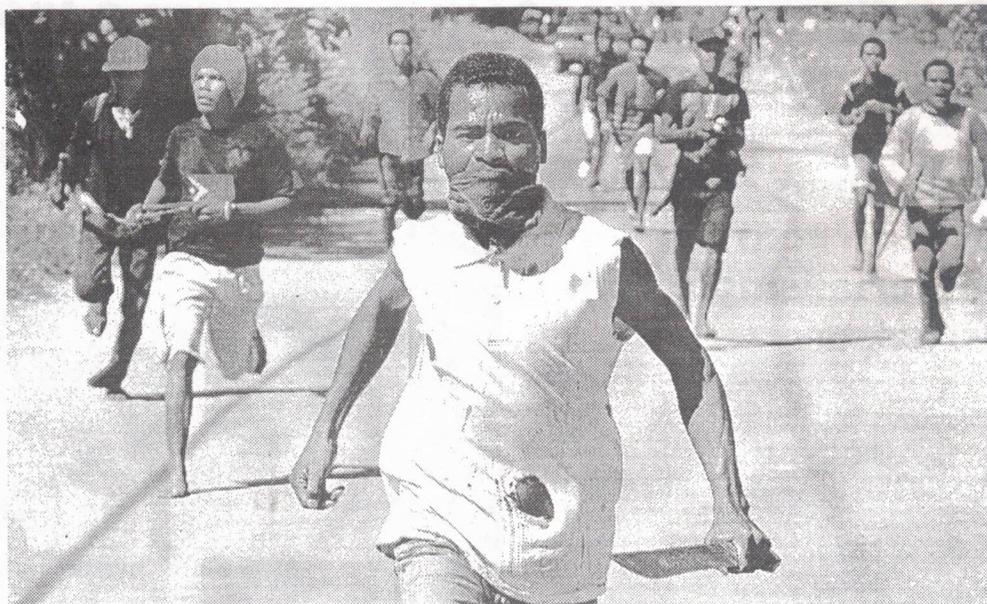
pressa a luta de classes que está submersa pela repressão e que somente caminhará para a revolução com a construção de um partido revolucionário que expresse o programa proletário de enfrentamento da burguesia nacionalista e pró imperialista timorense. É preciso romper com as ilusões na democracia burguesa e seu parlamento e formar suas próprias organizações. Assim será possível a expulsão dos exploradores do país.

Afeganistão: Derrotar o imperialismo construindo o partido revolucionário

A visita da secretária de Estado dos Estados Unidos se deveu à morte de 40 militantes da resistência Taleban, que abalou a popularidade do governo de Karzai. A morte dos militantes foi executada pelos soldados do exército afegão e da coalizão imperialista, que conta com 23 mil soldados, somente dos Estados Unidos, não incluindo os soldados de outras nações.

A perda de popularidade do presidente Karzai, pró-imperialista, demonstra que existe uma resistência do povo afegão contra a presença do imperialismo em seu país, como também demonstra a importância dos recursos naturais deste país para a sobrevivência do capitalismo nas nações desenvolvidas, representada pela presença de Condolezza Rice no Afeganistão.

Porém, essa resistência é materializada em ações isoladas, através dos ataques terroristas. Cabe ao povo afegão construir um partido revolucionário que organize os trabalhadores e demais oprimidos em uma grande ofensiva sob a direção do partido revolucionário de massa. Somente desta forma, o imperialismo e seus aliados nacionalistas serão derrotas e expulsos do Afeganistão.



A guerra civil se gesta no Timor Leste